



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO –
UEMASUL – CAMPUS IMPERATRIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LETRAS – CCHSL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO

LORRANE DA SILVA COIMBRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA: UMA
ANÁLISE CONTEXTUALIZADA NO SÉCULO XXI**

Imperatriz - MA
2022

Autorizo a defesa deste artigo



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

LORRANE DA SILVA COIMBRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA: UMA
ANÁLISE CONTEXTUALIZADA NO SÉCULO XXI**

Artigo apresentado ao Curso de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão / Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Edgar Oliveira Santos

C679p

Coimbra, Lorrane da Silva

Políticas públicas no município de Imperatriz – MA: uma análise contextualizada no século XXI / Lorrane da Silva Coimbra. – Imperatriz, MA, 2022.

26 f.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharel em Administração) – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2022.

1. Políticas públicas. 2. Educação. 3. Mobilidade urbana. I. Título.

CDU 658:32

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Raniere Nunes da Silva CRB13/729**



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

LORRANE DA SILVA COIMBRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ – MA: UMA
ANÁLISE CONTEXTUALIZADA NO SÉCULO XXI**

Artigo apresentado ao Curso de Administração da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão / Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 04 / 09 / 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edgar Oliveira Santos – (Orientador)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Prof. Me. Raimundo Gomes Barros – (Membro)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Prof(a). Ma. Pollyana Sa Kamada – (Membro)
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar as principais políticas públicas do século XXI no município de Imperatriz-MA. Os fundamentos teóricos são referendados por estudiosos que discutem políticas públicas como Celina Souza, (2006); Teixeira (2002) e outros que se preocupam em estruturar a parte conceitual desse objeto de pesquisa. Este trabalho utiliza método qualitativo com análises comparativas apoiadas nas pesquisas documentais. Os resultados se constituem na análise dos dados compostos por uma seleção de políticas públicas, edificadas no início deste século XXI e classificadas por setores como educação; saúde; lazer; segurança; mobilidade urbana e habitação.

Palavras-chave: políticas públicas. Município. Imperatriz.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the main public policies of the 21st century in the municipality of Imperatriz-MA. The theoretical foundations are endorsed by scholars who discuss public policies such as Celina Souza, (2006); Teixeira (2002) and others who are concerned with structuring the conceptual part of this research object. This work uses a qualitative method with comparative analyzes supported by documentary research. The results consist of the analysis of data composed of a selection of public policies, built at the beginning of this 21st century and classified by sectors such as education; health; leisure; safety; urban mobility and housing.

Keywords: public policy. County. Imperatriz.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas ocupam espaços nas esferas de governo e de estado na perspectiva de solucionar distintas necessidades que envolvem a sociedade, pois esta em função do seu desenvolvimento apresenta cada vez mais algumas novas situações, principalmente no contexto da expansão urbana, que exige um esforço conjunto, reunindo o setor público e privado para alcançar níveis aceitáveis de qualidade de vida e interesses de uma determinada parcela da população.

É possível perceber que as políticas públicas estão em diversos setores da sociedade e devem atender às necessidades da população. Elas refletem na economia e na sociedade, porquanto seja qual for a teoria da política pública necessita também esclarecer as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Nessas relações estão envolvidos distintos atores e seus interesses coletivos no contexto das demandas, que norteiam as atividades peculiares, dos grupos que formam a sociedade e os setores socioeconômicos.

Diante dessa concepção este artigo é importante pela oportunidade de provocar pesquisas científicas para analisar necessidades essenciais da sociedade, sobretudo aos imperatizense, abordando melhorias, grupos de interesse, atores e desenvolvimento nos principais setores, como saúde, educação, habitação, segurança, mobilidade urbana, cultura, meio ambiente, lazer entre outras.

A aplicação de políticas públicas exige uma gestão organizada e comprometida com a população e acima de tudo um bom conhecimento das experiências já vivenciadas, que normalmente são apresentadas através dos trabalhos acadêmicos. Nessa perspectiva a valorização da produção de trabalhos de conclusão de cursos torna-se mais evidente, como um meio de propagação, de discussões, experiências e novas estratégias que surgem no exercício dialético das produções científicas.

As necessidades de avaliação em políticas públicas estão, em geral, associadas a problemas verificados no processo de implementação de seus programas, pois estas dificilmente conseguem atingir plenamente os objetivos e metas propostas e raramente são implementados de acordo com o desenho original traçados por seus formuladores.(CAVALVANTI, 2010).

O grande desafio para a propagação de ferramentas de avaliação de programas e projetos

no setor público é justamente encontrar suposições teórico-metodológicos que permitam verificar, de forma confiável, o desempenho das políticas públicas; e entender como esses processos auxiliam na construção de uma base de análise consistente que permita desencadear processos de aprendizagens que visem promover mudanças efetivas em esfera local e regional.

Perante o exposto e com a concepção de aprofundar o entendimento sobre políticas públicas voltadas para o município de Imperatriz-Ma, a seguinte questão foi formulada para orientar esta pesquisa: como analisar os impactos das políticas públicas no município de Imperatriz – MA no século XXI? A partir desta pergunta problema outras questões denominadas norteadoras estão descritas à seguir, pois elas propiciarão uma melhor orientação para o alcance dos objetivos.

As sociedades se encontram em grande parte instalada em espaços urbanos como ocorre em Imperatriz, diante disso as questões consideradas básicas para uma população estão devidamente atendidas?

Se o século XXI trouxe grandes inovações tecnológicas para a humanidade, em que magnitude o município de Imperatriz – MA foi beneficiado com inovações no campo das políticas públicas?

O objetivo deste artigo é analisar as principais políticas públicas do século XXI no município de Imperatriz-MA e os caminhos orientados para atingir esse objetivo estão elencados da seguinte forma: Conhecer as políticas públicas do século XXI no município de Imperatriz – MA; Conhecer os principais atores das políticas públicas no município de Imperatriz-MA; Conhecer os conjuntos de normas reguladoras das políticas públicas no município de Imperatriz -MA; Analisar experiências de políticas públicas vivenciadas por outros município e Analisar a importância das políticas públicas, nos principais setores no município de Imperatriz-MA.

Os aportes teóricos priorizam os autores que discutem políticas públicas como Celina Souza, (2006) e outros nessa mesma linha. Os encaminhamentos nesse contexto valorizam as estruturas conceituais buscando fortalecer o poder de análise neste artigo, que possui como método de abordagem as análises comparativas apoiadas nas pesquisas documentais.

Este trabalho apresenta-se organizado em cinco capítulos, incluindo esta introdução mais um segundo com a fundamentação teórica ou estado da arte e os demais capítulos contendo

metodologia, resultados e discussões e finalmente as considerações finais.

2 . ELEMENTOS TEÓRICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para melhor conhecer a política pública em sua origem é nos Estados Unidos da América onde se encontram registros do seu nascimento, inicialmente como área de conhecimento e disciplina acadêmica no âmbito acadêmico, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. O fundamento dessa política pública, nas democracias estáveis é aquilo que o governo faz ou deixa de fazer de acordo com os seguintes princípios: a) formulado cientificamente e b) analisado por pesquisadores independentes. (SOUZA, 2006).

Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o Estado e sobre o papel de uma das mais importantes instituições do Estado, ou seja, o governo, produtor, por excelência, de políticas públicas. Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção pública, inclusive para a área social. (SOUZA, 2006).

Essa área de políticas públicas conta com quatro fundadores: H. Laswell, (1936), H. Simon, (1979), C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*). Lindblom (1959) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o qual não teria necessariamente um fim ou um princípio. Easton (1965) contribuiu para a área ao defini-la como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. (SOUZA, 2006).

Mead (1995) define Políticas Públicas como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, mas Lynn (1980) considera como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, esse conceito

é seguido por Peters (1986) acreditando que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. (SOUZA, 2006).

Buscando encontrar uma síntese possível nesse debate, Teixeira (2002, p. 02) afirma que:

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o processo de elaboração é submetido ao debate público.

Políticas Públicas é considerada como uma ação pública complexa e multiatorial voltada ao tratamento de problemas de relevância pública e social. Nesse conceito o entendimento é que política pública é o método complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação, por parte do governo, na identificação e seleção de determinados problemas sociais a serem resolvidos. (BOULLOSA, 2007).

Mattos e Baptista (2011, p. 67) corroboram com esta nova abordagem de análise quando destacam que:

(...) qualquer política está associada a construções históricas e modos de operar próprios de cada realidade, de cada Estado. Toda política insere-se numa trajetória geral e também específica e constitui-se numa institucionalidade, que de alguma forma a condiciona e dá sentido. Os Estados são permeados por instituições que definem práticas e processam caminhos para a ação política cotidiana.

Souza (2006), define política pública como o campo do conhecimento que ao mesmo tempo em que, o governo promove uma ação ele observa e analisa os impactos dessa essa ação, na perspectiva de acompanhar e propor alterações no rumo ou curso dessas ações. Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos

traduzem seus planos em ações, que irão gerar efeitos e transformações no mundo real.

O entendimento de Políticas Públicas no Brasil exige um recorte histórico neste capítulo, pois na década de 2000 houve um movimento de ressignificação do planejamento governamental, com objetivo de qualificar o Plano Plurianual (PPA) como instrumento efetivo de planejamento de políticas públicas. Isso se deu uma vez que prevalecia no governo federal brasileiro, perspectivas teóricas de que o planejamento, não obstante tenha conteúdo técnico, é um processo político. (ZIMBRÃO, 2015).

Nas sociedades marcadas por profunda desigualdade social e que almejam a transformação das estruturas econômicas e sociais, faz-se ainda maior a pressão para que o Poder Público exerça o papel de provedor e indutor do desenvolvimento e da justiça social. Diante dessa concepção de Estado, o governo federal apresentou para o período de 2012-2015 novo modelo de PPA. (Franke et al., 2012; ZIMBRÃO, 2015).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os pressupostos metodológicos que firmaram o desenvolvimento da pesquisa. A pesquisa caracteriza-se, no que tange a sua finalidade, como uma pesquisa descritiva-qualitativa, utilizando dados primários e secundários mediante a revisão de artigos acadêmicos, documentos oficiais como relatórios periódicos, que tratam da avaliação e impactos de políticas públicas.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A abordagem qualitativa pressupõe o entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2000).

As pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Esse tipo de pesquisa de acordo com Selltiz et al. (1965), busca-se descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos. (GIL, 1999;VERGARA, 2000).

Diante dos fundamentos expostos neste capítulo e com o intuito de informar como será realizada a pesquisa é importante referenciar o objetivo geral de analisar as principais políticas públicas do século XXI no município de Imperatriz-MA, que exigirá inicialmente um levantamento das principais políticas públicas nos setores da saúde, educação, mobilidade urbana, lazer, habitação e segurança. Em seguida essas políticas públicas serão classificadas por setores e público alvo.

Um estudo comparativo servirá como aporte para as análises e conseqüentemente as avaliações dos impactos relacionados com o momento da implantação das Políticas Públicas e as necessidades existentes no tempo, espaço e públicos interessados. É importante esclarecer que as Políticas Públicas se inserem nos setores público privado e nas esferas, municipal estadual e federal.

A coleta de dados primários, ou seja que ainda não foram analisados cientificamente, é fundamentada na pesquisa documental através das leis da Câmara Municipal de Imperatriz, que aprovaram a realização das políticas públicas efetivadas durante o período em análise neste trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As políticas públicas do município de Imperatriz foram listadas no quadro a seguir evidenciando uma amostra dos principais setores considerados neste estudo e a partir desse demonstrativo analisa-se comparativamente através dos anos de 2015 a 2022 as maiores preocupações referentes aos setores e conseqüentemente aos requerimentos originados da população motivada pelos grupos de interesse.

Quadro 1- políticas públicas no setor de saúde de Imperatriz – MA, 2015 - 2022

Saúde	Classificação (Deste século e do anterior)	Espacialização	Público alvo
Lei nº 1904-2022 - doulas	2022	Cidade	Gestantes
Lei nº 1881-2021 - semana municipal de valorização da vida e prevenção ao suicídio	2021	Cidade	População
Lei nº 1874-2021 - pobreza menstrual - distribuição de absorvente	2021	Cidade	Mulheres em situação de vulnerabilidade
Lei nº 1871-2021 - prioridade no atendimento a gestantes na rede municipal de saúde	2021	Cidade	Gestantes
Lei nº 1869-2021 - prioridade vacinação - doenças raras e deficiência (pcd)	2021	Cidade	Pessoas com doenças raras e deficiência (pcd)
Lei nº 1868-2021 - institui no município de Imperatriz a semana municipal de conscientização e defesa das pessoas com doenças inflamatórias intestinais crônicas	2021	Cidade	População
Lei nº 1866-2021 - determina prioridade na vacinação contra a covid-19 - pessoas com síndrome de down e tea	2021	Cidade	Pessoas com síndrome de down e tea
Lei nº 1865-2021 - reajuste salarial dos agentes comunitários de saúde (acs) e dos agentes de combate às endemias (ace)	2021	Cidade	Agentes comunitários de saúde e de combate às endemias
Lei nº 1861-2021 - criação do tratamento de reabilitação para pacientes com sequelas do covid-19	2021	Cidade	pacientes com sequelas do covid-19
Lei nº 1842-2020 - bônus extraordinário para os servidores da saúde - covid-19	2020	Cidade	Servidores da saúde – Covid 19
Lei nº 1840-2020 - medidas de transparência no combate ao covid-19	2020	Cidade	População
Lei nº 1731-18 – cria o fundo municipal da pessoa com deficiência	2018	Cidade	Pessoa com deficiência
lei nº 1736-18 – utilidade pública – comunidade terapêutica projeto resgate – cotepre	2018	Cidade	Portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares

Lei nº 1781-19 – reajuste e gratificações dos agentes de saúde e endemias – 2019	2019	Cidade	Agente de saúde e endemias
Construção do centro de referencia em assistencia social	2015	Cidade	População
Construção, reforma e ampliação de unidade de saúde especializada	2015	Cidade	População
Construção, reforma e ampliação do HMI E HII'S	2015	Cidade	População
Programa saúde na escola	2015	Cidade	Estudantes
Implementação do TFD	2015	Cidade	População
Fortalecimento das acoes em prevenção e controle - de zoonoses	2015	Cidade	Animais
Acoes de apoio aos portadores de doenças sexualmente transmissíveis - DST / AIDS	2015	Cidade	Portadores de DST

Fonte: Câmara municipal de Imperatriz – elaborado pela autora

Quadro 2- políticas públicas no setor de educação de Imperatriz – MA, 2015 - 2022

Educação	Classificação (Deste século e do anterior)	Espacialização	Público alvo
Lei nº 1 8 8 4 - 2021 – Abono Educação- 6.000	2021	Cidade	Profissionais da educação básica
Lei nº 1875-2021 – Abertura de crédito adicional especial - FUNDEB - 6.310	2021	Cidade	População
Lei complementar 02-2021 - reestruturação do cacs - fundeb	2021	Cidade	População
Lei nº 1453-12 -Criação da Escola Bilíngue	2012	Cidade	População
Lei nº 1331-10 - Criação do Programa educacional jovem empreendedor no municipio de Imperatriz	2010	Cidade	População
Lei nº 1725-18 – semana municipal de conscientização do autismo	2018	Cidade	População
Lei nº 1734-18 – semana municipal de conscientização sobre síndrome de down	2018	Cidade	População

lei nº 1711-18 – dia municipal de conscientização e apoio aos portadores de parkison e alzheimer -21 de setembro	2018	Cidade	População
Lei nº 1746-18 – veda o apelo ao consumo nos estabelecimentos públicos da educação	2018	Cidade	Estudante de ensino da educação básica
Lei nº 1766-18 – altera a lei ordinária 1.593-2015 – ampliação de carga horária – professor	2018	Cidade	Professores
Lei nº 1780-19 – reajuste salarial dos servidores da educação – 2019	2019	Cidade	Servidores da educação
Lei nº 1584-15 – placa de advertência sobre exploração sexual de crianças	2015	Cidade	População
Lei nº 44-74 - Cria a Biblioteca Municipal	2015	Cidade	População
Implantação de telecentros	2015	Cidade	População
Construir duas salas para implantação de salas do empreendedor	2015	Cidade	População
Manter sala do empreendedor	2015	Cidade	População
Incentivar pequeno empreendedor individual	2015	Cidade	Empreendedor
Apoiar a capacitação empresarial	2015	Cidade	Empresários
Implantar projeto de microeconomia solidária	2015	Cidade	População
Financiar estudos e pesquisas econômicas aplicadas	2015	Cidade	População
Aquisição de acervo bibliográfico e manutenção dl biblioteca municipal	2015	Cidade	População
Estruturação e modernização tecnológica e operacional da semed e escolas	2015	Cidade	Estudantes e profissionais da educação
Capacitação e qualificação dos profissionais da	2015	Cidade	Profissionais da educação

educação			
Capacitação de profissionais para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais	2015	Cidade	Profissionais da educação
Aquisição e distribuição de fardamento escolar - ensino fundamental	2015	Cidade	Estudantes da rede básica de ensino
Aquisição e distribuição de fardamento escolar ensino infantil	2015	Cidade	Estudantes da rede básica de ensino
Campanhas permanentes educativas para igualdade no mundo do trabalho	2015	Cidade	População
Desenvolvimento de ações socio-educativas para mulheres	2015	Cidade	Mulher
Desenvolvimento de políticas socioeducativas – CREAS	2015	Cidade	População

Fonte: Câmara municipal de Imperatriz – elaborado pela autora

Quadro 3- políticas públicas no setor de mobilidade urbana de Imperatriz – MA, 2015 - 2022

Mobilidade Urbana	Classificação (Deste século e do anterior)	Espacialização	Público alvo
Lei nº 1843-2020 – Revoga a lei ordinária Nº 1.703-2017 – Zona Azul	2020	Zona Urbana (Centro)	População
Lei nº 1818-2020 – Cria o serviço de transporte complementar no município de Imperatriz	2020	Cidade	População
Lei nº 1817-2020 - dispõe sobre o transporte alternativo de vans e micro-ônibus no município de Imperatriz	2020	Cidade	População
Lei complementar nº 003-2020 - isenção das taxas de alvará e vistoria de táxi e mototaxi	2020	Cidade	Taxistas e mototaxistas
Lei nº 1788-19 - cria o serviço de táxi-lotação em Imperatriz	2019	Cidade	Taxistas

Lei nº 1689-17 - organização do sistema de transporte coletivo de Imperatriz	2017	Cidade	População
1737-2018 – Dispõe sobre os requisitos para o transporte de passageiros oferecidos por plataformas digitais (aplicativos), no Município de Imperatriz, conforme autorização estabelecida no inc	2018	Cidade	Passageiros oferecidos por plataformas digitais (aplicativos)
Lei nº 96-75 - Plano Rodoviário	2015	Cidade	População
Lei nº 73-75 - alvará para taxi	2015	Cidade	Taxistas
Construção, reforma e ampliação do prédio da setran	2015	Cidade	População
Estruturação operacional dos serviços de prevenção, orientação e fiscalização viária	2015	Cidade	População
Gestao da política de transito e transportes	2015	Cidade	População
Implantação, modernização e ampliação de sinalização digital	2015	Cidade	População
Implantação de paraciclos e bicicletarios	2015	Cidade	População
Implantação de abrigos em paradas de ônibus do transporte público; adequado para propocionar maior acessibilidade aos portadores de necessidades especiais	2015	Cidade	População
Implementação das ações da década mundial para segurança no trânsito	2015	Cidade	População
Implantação e recuperação de sinalização viária horizontal e vertical	2015		

Pavimentação e recuperação de vias urbanas	2015	Cidade	População
Construção e recuperação de pontes	2015	Cidade	População

Fonte: Câmara municipal de Imperatriz – elaborado pela autora

Quadro 4- políticas públicas no setor de lazer de Imperatriz – MA, 2014 - 2022

Lazer	Classificação (Deste século e do anterior)	Espacialização	Público alvo
Lei nº 1877-2021 - reconhece a prática de atividade física e do exercício físico como essenciais	2021	Cidade	População
Lei nº 1858-2021 - auxílio emergencial - mestre Ozório	2021	Cidade	Músicos e cantores
Lei nº 1804-19 - institui o dia municipal do corredor de rua	2019	Cidade	População
Lei nº 1803-19 - institui jogos escolares e parajéis municipais	2019	Cidade	Estudantes da rede básica de ensino
Lei nº 1020-01 - redefine a estrutura da fundação cultural de Imperatriz	2020	Cidade	População
Lei nº 1715-18 – semana municipal do artesão	2018	Cidade	Artesão
Lei nº 1716-18 – denomina de Jaime da Cafeteira a praça da Vila Cafeteira	2018	Vila Cafeteira	População
Lei nº 1717-18 – denomina de praia da Coquelândia a atual praia do Angical	2018	Coquelândia	População
Lei nº 1726-18 – praça Parque das Palmeiras – Raimundo Juirivê Pereira de Macedo	2018	Parque das Palmeiras	População
Lei nº 1732-18 – utilidade pública – associação dos artesãos de Imperatriz	2018	Cidade	Artesãos
Lei nº 1733-18 – utilidade pública – associação cultural Casa das Artes –	2018	Cidade	População

acasa			
Lei nº 1745-18 – altera a lei 906-1999 -acesso de professores cinemas, teatros e similares	2018	Cidade	Professores
Lei nº 1759-18 – dia municipal do reggae – 04 de setembro	2018	Cidade	População
Implantação e desenvolvimento de centros culturais	2015	Cidade	População
Estruturação das praias fluviais no período de veraneio	2015	Cidade	População
Implantação de núcleo recreativo e de lazer nos bairros	2015	Cidade	População
Promoção de eventos socioeducativos	2015	Cidade	População
Gestao de políticas da juventude e dos esportes	2015	Cidade	População
Reforma e manutenção do estádio freio Epifânio da Abadia	2015	Cidade	População
Corrida 16 julho	2015	Cidade	População
Construção e reforma de campos de futebol, praças esportivas e áreas de lazer	2015	Cidade	População
Atividades esportivas e culturais	2015	Cidade	População

Fonte: Câmara municipal de Imperatriz – elaborado pela autora

Quadro 5- políticas públicas no setor de segurança de Imperatriz – MA, 2015 - 2022

Segurança	Classificação (Deste século e do anterior)	Espacialização	Público alvo
Lei nº 1862-2021 - Programa de Incentivo à Contratação de Mulheres em Situação de Violência Doméstica	2021	Cidade	Mulheres em Situação de Violência Doméstica
Lei nº 1815-2020 - utilidade pública - fórum permanente de prevenção de drogas	2020	Cidade	População

Lei nº 1712-18 - dia municipal de combate ao feminicídio - 13 de novembro	2018	Cidade	Mulher
Lei nº 1713-18 – dia municipal da não violência contra a mulher – 25 de novembro	2018	Cidade	Mulher
Lei nº 1719-18 – semana municipal de enfrentamento à violência contra pessoa idosa	2018	Cidade	Idoso
Lei nº 1721-18 – segurança e proteção contra a mordedura canina no município	2018	Cidade	População
Lei nº 1735-18 – utilidade pública – grupo de proteção aos animais de Imperatriz – gpai	2018	Cidade	Animais
Lei nº 1687-17 – fixação em todas salas de aula de Imperatriz – disque denúncia contra a pedofilia	2017	Cidade	Menores de 18 anos
Manutenção das atividades e projetos da guarda municipal	2015	Cidade	População
Proteção a criança e ao adolescente em situação de risco	2015	Cidade	Crianças e adolescentes em situação de risco
Proteção a mulher vítima de violência	2015	Cidade	Mulher vítima de violência
Manutenção do centro de ref. E abrigo municipal casa abrigo	2015	Cidade	População
Enfrentamento a violência, ao abuso e a exploração sexual – CREAS	2015	Cidade	População

Fonte: Câmara municipal de Imperatriz – elaborado pela autora

Quadro 6- políticas públicas no setor de habitação de Imperatriz – MA, 2015 - 2022

Habitação	Classificação (Deste século e do	Espacialização	Público alvo
-----------	-------------------------------------	----------------	--------------

	anterior)		
Lei nº 1850-2020 - pomares comunitários	2020	Cidade	População
Lei nº 1743-18 - política municipal de gestão dos resíduos sólidos domiciliares de Imperatriz	2018	Cidade	População
Lei nº 1588-15 - serviços de coleta de entulho	2015	Cidade	População
Lei nº 75-75 - constituir a companhia de melhoramentos e urbanismo de Imperatriz	2015	Cidade	População
Lei nº 04-73 - execução e exploração de serviços de esgoto sanitário e abastecimento de água	2015	Cidade	População
Implantação do balcão da cidadania	2015	Cidade	População
Construir o centro de comércio popular de Imperatriz	2015	Cidade	População
Implantação de feiras itinerantes do setor de confecções	2015	Cidade	População
Apoio a projeto de expansão da piscicultura no município	2015	Cidade	População
Apoio a projeto de expansão das atividades do SINE município	2015	Cidade	População
Apoio a projetos de inovações a micro e pequenas empresas - mpe's	2015	Cidade	Micro e pequenos empreendedores
Construção de CREAS	2015	Cidade	População
Serviço de proteção em situação de calamidades públicas temporárias e emergência	2015	Cidade	População
Reforma e modernização do restaurante popular	2015	Cidade	População
Reforma e modernização do banco de alimentos	2015	Cidade	População
Apoiar o projeto de horticultura urbana e rural	2015	Cidade	População
Apoiar projeto de hortas	2015	Cidade	Estudantes e

na escolas			profissionais da educação
Manutenção de poços artesianos	2015	Cidade	População
Reforma dos mercados municipais	2015	Cidade	População
Limpeza publica	2015	Cidade	População
Manutenção do cemitério municipal	2015	Cidade	População
Construção do aterro sanitário	2015	Cidade	População
Recuperação ambiental do projeto grande cafeiteiri e riacho bacuri – pac	2015	Cidade	População
Saneamento básico urbano	2015	Cidade	População
Ampliação e melhoria de sistemas de abastecimento de água, drenagem e esgoto sanitário	2015	Cidade	População
Construção do viveiro para mudas	2015	Cidade	População
Manutenção da coleta seletiva	2015	Cidade	População
Atendimento socioassistencial as famílias referenciadas pelos cras	2015	Cidade	População
Implantação e manutençõ das atividades - minha casa minha vida	2015	Cidade	População
Manutenção das atividades e projetos do creas	2015	Cidade	População

Fonte: Câmara municipal de Imperatriz – elaborado pela autora

Considerando os dados constantes nos quadros acima é possível observar que as principais políticas públicas ganham destaques com a evolução da sociedade imperatrizense, ou seja os indicadores de desenvolvimento humano- IDH indicam uma elevação do investimento em políticas públicas, assim os setores da educação; saúde; lazer; segurança; mobilidade urbana e habitação apresentam uma maior frequência a partir do ano de 2015. Fazendo um paralelo com o IDH verifica-se que no ano de 1991 ele era representado por 0,444 que é considerado baixo, mas o início do século XXI trouxe prosperidades para o município de Imperatriz quando este alcança um nível médio de 0,591 alcançando 0,731 em 2010. (IBGE CIDADES, 2022).

O investimento em políticas públicas está marcado neste século com grandes realizações nos setores citados acima, sobretudo no âmbito educacional com a criação de diversos estabelecimentos de ensino públicos e privados assumindo o status de polo universitário. O setor habitacional ganhou novos contornos com a expansão urbana e o surgimento de conjuntos habitacionais e condomínios. O campo da saúde destacou-se com a implantação das Unidades de Pronto Atendimento – UPA e as unidades de proteção social representada principalmente pelos Centros de Referência próximos dos bairros numa estratégia de descentralização do atendimento social. A segurança apresentou grande impulso com a implantação de mais um Batalhão de Polícia Militar e com a criação da Guarda Municipal. (Câmara Municipal de Imperatriz, 2012 - 2022).

Os grandes eventos contribuíram com a integração e desenvolvimento local, sendo evidenciado principalmente com a construção do Centro de Convenções, um dos destaques dessa política pública de entretenimento e lazer é a Feira do Comércio e Indústria de Imperatriz – FECOIMP. Nesse contexto ressalta-se a obra de revitalização da beira rio. É importante aliar eventos com a mobilidade urbana, considerando a caracterização de Imperatriz como uma cidade polo que normalmente atrai parte da população dos municípios ampliando a dinâmica interna com os constantes deslocamentos para diversos pontos como os shoppings, supermercados, igrejas, áreas de lazer e restaurantes. Essa mobilização ganhou durante o século atual algumas vias de distribuição da população como a Avenida Pedro Neiva; Avenida Getúlio Vargas; Avenida Jacob; Avenida Industrial; Avenida Liberdade Avenida Newton Belo e as ruas: Leôncio Pires; Ceará entre outras que foram também revitalizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou além dos elementos introdutórios e responsáveis pela organização ideológica os fundamentos teóricos com as discussões de Sousa, (2006) entre outros estudiosos das políticas públicas que apresentaram suas concepções conceituais sobre este estudo, destacando Teixeira, (2002) com o entendimento de que políticas públicas significam definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem.

A metodologia foi construída numa proposta qualitativa, pressupondo o entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito

numa perspectiva de Chizzotti, (2000), que em sua teoria estabeleceu uma relação com a forma que Imperatriz, se desenvolve, associada às melhorias de qualidade de vida através das políticas públicas, que aumentam à medida em que as pessoas residentes desse município se consolidam, como atores de uma nova sociedade.

Os resultados e discussões apresentou uma amostra das políticas públicas desenvolvidas no atual século XXI nesse município em estudo. Realizou-se a partir desse levantamento de dados uma classificação por setores como educação; saúde; lazer; segurança; mobilidade urbana e habitação, sendo observado que provavelmente houve um impacto positivo com o recrudescimento das políticas públicas aprovadas pela Câmara Municipal de Imperatriz paralelamente ao desenvolvimento humano registrado pela elevação do IDH do município de Imperatriz saindo de baixo para nível médio, ou seja, de 0,444 em 1999 passando para 0,591 no ano 2000 e 0,731 em 2010.

Este artigo mostra sua importância pelo alcance do objetivo proposto e pela possibilidade de provocar outros novos estudos, para solidificar a contribuição com a sociedade imperatrizense, que depende do esforço acadêmico, para ampliar conhecimentos de políticas públicas, que repercutem diretamente no atendimento das necessidades da população.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Danilo. Conheça o ciclo das políticas públicas. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>. Acesso em 22 maio. 2022.

BOULLOSA, R. F. Avaliação e sistemas de apoio à decisão: reflexões de conteúdo. Salvador, CIAGS/UFBA, 2007.

CAVALCANTI, M. M. de A. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. 2010.

Câmara Municipal de Imperatriz: leis aprovadas 2012 - 2021. Disponível em: <<https://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/leis?page=13>. Acesso em: 02/08/2022.

CHIZZOTTI, A. Pesquisas em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a Disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento Da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 15-41.

Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev.



2003, vol. 18, n. 51, p. 15-20.

FRANKE, F; NAVARRO, C; SANTOS, E. A estrutura do PPA 2012-2015. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento, v. 2, n. 1, 2012

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). Caminhos para análise das políticas de Saúde. Rio de Janeiro: IMS, 2011. Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Herder, 1965.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. 2006.

TEIXEIRA, E. C. Sociedade Civil e participação cidadã no poder local. Salvador: UFBA, 2002.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

ZIMBRÃO, Adélia. Mudança do modelo de planejamento governamental e o processo de elaboração do PPA 2012-2015 da Cultura. Seminário Internacional de Políticas Culturais, 6., Anais... Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.



Universidade Estadual
da Região Tocantina
do Maranhão